

Audiência Pública referente ao RIVI do RESIDENCIAL GOLDEM GREEN

Legenda:

(mm:ss) – tempo da fala.

(...) – palavra ou expressão inaudível.

(F) – falas de fundo

(?) – Dúvida.

Senhor Antônio Terra (18:55)

Boa noite a todos. Em nome do Brasília Ambiental gostaria de agradecer a participação de todos os interessados aqui nessa noite. Hoje a gente inicia mais uma audiência pública aqui do licenciamento ambiental. Mais um empreendimento que a gente faz a etapa obrigatória da audiência pública dentro dos processos aqui do licenciamento ambiental que são geridos e analisados pelo Brasília Ambiental. Então, em nome do Brasil Ambiental dou boa noite a todos, meu nome é Antônio Terra, eu sou chefe da assessoria técnica aqui do licenciamento. Vou conduzir essa primeira parte aqui da audiência pública junto com vocês. Dando então início a nossa audiência pública de hoje ela trata da apresentação e discussão do relatório de impacto de vizinhança o RIVI para parcelamento do solo urbano, referente ao licenciamento ambiental, a licença prévia, LP, do empreendimento denominado RESIDENCIAL GOLDEM GREEN. Localizado no quinhão 3, área da Fazenda Taboquinha, na Região Administrativa do Jardim Botânico, RA Jardim Botânico. Visando uma maior participação hoje a gente faz audiência pública no nosso novo formato, que é um formato virtual/presencial, onde a gente tem a possibilidade de as pessoas também fazerem uso da palavra que dentro da audiência pública. Eu vou explicar um pouquinho mais pra frente aqui o regulamento e para que vocês possam entender e também acessar os links para vocês poderem fazer o acesso, tá na descrição aqui desse vídeo do YouTube, tem o link para poder fazer o acesso ao ZOOM, que é o aplicativo que a gente está usando aqui para a nossa reunião online sendo transmitido pelo YouTube. E no site do Brasília Ambiental, na aba de audiências públicas, entrando no empreendimento do Goldem Green, vocês vão encontrar também é o link para poder fazer acesso. Então, visando uma participação essa audiência é realizada, então, no formato virtual/presencial, com transmissão ao vivo aqui pelo canal do Youtube do Brasília Ambiental. Seguindo o nosso protocolo aqui de informações data e horário. Hoje, dia 03/08/2023, com início às 19h00 encerramento previsto para até as 22h00 já incluído o intervalo de 15 minutos previsto para ser realizado entre o término da exposição técnica aqui pela consultoria ambiental, vai apresentar um estudo ambiental, e o início das manifestações dos participantes já incluído, também a prorrogação da audiência pública se ela for necessária, então ela pode se estender até as 22h00. No que couber essa audiência pública, que a parte virtual ela segue ainda a Instrução Normativa do IBRAM número 27 de 2020 e a Resolução do CONAMA 494 também de 2020. Ambas que se referiam a possibilidade de realização da audiência pública virtual dentro dos processos do licenciamento ambiental. Informações gerais aqui, então da nossa audiência pública, o processo de licenciamento ambiental número 0039100007545/2021-97. Repetindo então o nome do empreendimento RESIDENCIAL GOLDEM GREEN, localizado no Quinhão 3 da área da Fazenda Taboquinha, Região Administrativa do Jardim Botânico. O interessado, o empreendedor, é o senhor Valdir de Castro Miranda e a empresa responsável pela elaboração do estudo é TT Engenharia Arquitetura e Consultoria Ambiental. Em relação aos avisos de publicação desta audiência pública a gente segue o artigo quinto da Lei 5081, de 2013. Então, conforme previsto nessa legislação, tem a publicação do aviso no Diário Oficial aqui do Distrito Federal, no jornal de grande circulação e também nos sites e redes sociais do Brasília Ambiental e da consultoria ou do empreendedor. O objetivo aqui da nossa audiência pública, então é colher informações, apresentar e discutir o relatório de impacto de vizinhança colhendo aqui as sugestões, contribuições para aprimoramento do processo de licenciamento ambiental com base na resolução CONAMA 9 de 87 e na Lei Distrital 5081, de 2013. O trâmite do processo de licenciamento é só pra vocês, quem não está ainda familiarizado com um trâmite do processo de licenciamento e a audiência pública, esse licenciamento, ele é um licenciamento trifásico. Então, ele é o ocorre em 3 etapas, a etapa da licença prévia, posteriormente à licença de instalação e por último a licença de operação. Aqui a gente estava na fase da apresentação do estudo ambiental, que é apresentado dentro da licença prévia, que é onde a gente analisa a concepção do empreendimento, a questão da viabilidade ambiental do empreendimento a partir do estudo ambiental que é apresentado pelo empreendedor. Dentro dessa etapa de análise do estudo ambiental a gente, então tem a etapa da audiência pública, que é obrigatória nos processos de parcelamento de solo, conforme a lei orgânica aqui do DF, justamente para a gente

colher as contribuições, as manifestações da população, principalmente ali, da população mais impactada pelo empreendimento, que tem vizinhança com o empreendimento, normalmente são as pessoas que têm mais interesse. É entender e conhecer o empreendimento e o estudo ambiental que foi feito. A partir disso, dessas informações, que são levantadas e discutidas aqui na audiência pública, isso retorna para dentro do processo de licenciamento ambiental para que os analistas, durante a etapa agora de análise do estudo possam solicitar as adequações, complementações, correções que forem necessárias de informações que possam ser relevantes e que sejam levantadas aqui durante a nossa audiência. Então nossa audiência pública é aberta para qualquer interessado. Qualquer pessoa pode participar. No formato é online, então a gente tem um ponto de acesso presencial, onde as pessoas que têm alguma dificuldade de acesso à internet, de acesso à questão também de conseguir mexer nos aparelhos para poder participar da reunião online e encaminhar a sua manifestação, as pessoas podem acessar esse espaço físico que lá também está sendo transmitido audiência pública e lá as pessoas podem também encaminhar suas contribuições aqui quando a gente chegar na etapa das manifestações, eu vou passar para vocês aqui agora depois as informações discriminadas em relação a essa etapa. Destacar, então, que a audiência pública ela serve para acolher essas informações para aprimorar o processo e o estudo ambiental. Ela não é um fórum de decisão em relação ao licenciamento. As decisões do licenciamento. Ela, ela se dá em etapas. Depois, a da análise emitido um parecer e aí sim, tem a definição pelo deferimento ou indeferimento do processo do licenciamento. Lembrar também aos participantes, aos interessados aqui no processo, que além da etapa aqui da audiência pública, a gente tem outras formas de que os interessados podem acessar o processo de licenciamento, seja acompanhar pelo sistema do SEI, o sistema eletrônico de informações do GDF, qualquer um pode se cadastrar como usuário externo e solicitar acesso ao processo de licenciamento. É um processo de licenciamento ele é público, então tem acesso a toda a documentação que consta dentro do processo do licenciamento. Além dessa possibilidade, pode ser encaminhada alguma a solicitação de informação pela ouvidoria do GDF e isso é encaminhado aqui para a gente, para que a gente possa prestar as informações, bem como também por apresentação de alguma documentação, alguma carta que pode ser direcionada aqui para o IBRAM por alguma entidade ou por pessoa física. A transmissão, então ela está se dando aqui no nosso canal institucional aqui do Brasília Ambiental. O ponto de acesso presencial ele segue também a determinação da resolução CONAMA 494, de 2020. Onde está localizado esse ponto de acesso presencial? No Condomínio Ecológico Parque do Mirante, na Área Comercial, Rua Contorno, Quadra 13 4 na sala de reunião da Imobiliária *Rex J(?)*. Então dentro do Condomínio Parque do Mirante, as pessoas podem acessar o condomínio, acessar a sala de reunião da imobiliária e assistir a reunião de forma presencial e lá a gente também disponibiliza os equipamentos para que a pessoa possa acessar a reunião online e fazer o uso da palavra ou encaminhar as mensagens, seja pelo WhatsApp ou pelo e-mail. Especificando, então agora o encaminhamento das contribuições, das perguntas, das manifestações, como que as pessoas podem acessar a audiência pública no momento das manifestações? Então, as 3 formas que eu já citei ou pelo WhatsApp, ou pelo e-mail ou participando da reunião online e se inscrevendo para fazer uso da palavra. WhatsApp ele também está na descrição do vídeo o número do nosso WhatsApp, que pode ser acessado para ser encaminhado, é mensagem tanto no formato de texto quanto no formato de áudio, dando preferência para o formato de texto. E aquelas pessoas que têm alguma dificuldade, então, podem fazer um encaminhamento pelo formato de áudio. O número do WhatsApp para o encaminhamento é (61) DDD o código (61) 99248 9698. Então esse é o nosso mundo institucional que a gente recebe aqui as contribuições de vocês. E o e-mail também que o e-mail pode ser usado também para quem queira apresentar alguma documentação que fique registrada também aqui na audiência pública, pode encaminhar pelo nosso e-mail do licenciamento. ibram@gmail.com ou pelo nosso, é e-mail institucional também que é sulam@ibram.df.gov.br. No site do Ibram encontra-se é todas as informações referentes aqui a audiência pública, o regulamento completo, os documentos, os anexos em relação ao estudo ambiental também estão disponíveis no site do Brasil Ambiental. Podem ser acessados aí por qualquer interessado. O nosso último a possibilidade de participação, então, é entrando na reunião online para se inscrever e fazer uso da palavra. Pode entrar pelo link que tá aí na descrição do vídeo do YouTube. Também está lá no site do Ibram, podendo ser acessado lá pelo site do Ibram. Na aba audiências públicas, só procurar pelo empreendimento aqui dessa noite que a gente está fazendo a audiência pública do dia 03 de agosto. No WhatsApp, no e-mail, podem ser encaminhados também documentos anexos como eu citei. E esses anexos, eles vão constar da ata completa da audiência pública que vai ficar disponível também no site do Ibram. Ata sucinta publicada no DODF em até 30 dias e a ata completa, ela fica disponível no site do Ibram para que possa também ser acessada a qualquer momento. Lembrando que essa transmissão aqui, ela fica disponível no canal do YouTube do IBRAM para poder ser acessada a qualquer por qualquer interessado. O chat, ele do YouTube, ele permanece aberto somente para servir como um canal, aí de interação e de comunicação entre os participantes. Então, o encaminhamento das contribuições, perguntas, questionamentos das manifestações é feito por esses outros canais aqui que eu citei WhatsApp, e-mail ou pela reunião pela entrando na reunião online. Qualquer pessoa poderá se manifestar na audiência

pública exclusivamente aqui dentro dos formatos aqui que a gente citou, fazendo uso da palavra ou encaminhando as suas manifestações, suas contribuições. Então, é disponibilizado um número do WhatsApp do e-mail. A gente pede que o encaminhamento seja identificado pelo nome do interessado para que a gente possa apresentar quem está fazendo a sua contribuição e se ele for representante também de alguma associação, de algum grupo, de alguma entidade incluir também o nome dessa associação. Solicitamos que as manifestações sejam realizadas de forma objetiva para que a gente tenha um melhor aproveitamento aqui da nossa audiência pública. Preferencialmente vinculados aqui ao tema da nossa audiência pública. A gente que aqui é o licenciamento ambiental, análise do estudo ambiental, mas outras contribuições, podem ser encaminhadas, e que a gente tenta também responder o que tiver ao alcance ou do IBRAM ou da consultoria ambiental e do empreendedor. A ordem dos encaminhamentos é de acordo com a ordem da chegada tanto das mensagens pelo WhatsApp, pelo e-mail ou pela ordem de inscrição dentro da reunião online. Então, quem for entrando aí na reunião on-line, a gente pede que já deixe o nome ali, no chat e aí a gente vai seguir essa ordem ali no chat, no chat. Só expor o nome, dizer que quer fazer o uso da palavra e a gente vai seguir essa ordem aí pelo por esse canal também. Se não houver tempo hábil para que a gente possa responder a todos os questionamentos a todas participações aqui, esses podem ser respondidos, então, posteriormente incluídos na ata completa da nossa audiência pública. Independentemente de ter participado ou não aqui dessa transmissão ao vivo da audiência pública, qualquer cidadão poderá, no prazo de até 10 dias contados aqui de hoje, do dia 03 de agosto, encaminhar suas contribuições, questionamentos ou solicitar também a anexação de documentação pelos e-mails citados sulam@ibram.df.gov.br ou pelo e-mail do Gmail licenciamento.ibram@gmail.com. Essas contribuições então, no prazo de até 10 dias, elas serão respondidas aqui pelo IBRAM ou encaminhadas por empreendedor para que ele faça o encaminhamento da resposta e a gente inclui essa resposta na ata completa que é publicada, então aí em até 30 dias após a realização aqui da nossa audiência pública. O vídeo fica disponível no canal do YouTube como eu citei e demais informações podem ser acessadas pelo site do Brasília Ambiental, é www.ibram.df.gov.br. A duração da nossa audiência pública. Audiência pública, então ela tem duração máxima de 3 horas, já incluído a possibilidade de prorrogação e, sendo possível ser o encerramento antecipado, caso a gente não tenha mais nenhuma participação ou resposta pela mesa aqui, a ser feita dentro desse prazo. A audiência é dividida aqui, em 4 blocos, a abertura, com a leitura dos principais itens aqui do regulamento e das formas de participação e de funcionamento da audiência. Após esse momento aqui, a gente passa para a exposição técnica que é feita pela consultoria ambiental. O tempo de exposição técnica é de até 30 minutos, podendo ser concedido um tempo adicional de 15 minutos para que possa terminar a exposição técnica. Após a exposição técnica, a gente faz um intervalo de 15 minutos para que a gente possa organizar os questionamentos que estão chegando, organizar ali a fazer a tabulação aqui da fila para quem vai participar e fazer o uso da palavra. Então, após esse que 15 minutos de intervalo a gente retorna com a etapa de manifestação dos participantes e respostas da mesa. Após essa etapa, a gente faz o nosso encerramento da audiência. Nesse momento, então, a gente vai encaminhar para a exposição técnica que vai ser feita pelo Rafael e pelo Yuri. São representantes aqui da consultoria ambiental, que é TT Engenharia, Arquitetura e Consultoria Ambiental. Eles vão fazer então, a apresentação do estudo ambiental. O mesmo estudo meu. Esse estudo ambiental, completo ele está disponível no site do Brasil Ambiental. E lembrando que essa apresentação que eles fazem aqui, a gente disponibiliza lá no site também para que ela possa ser acessada, já que ela tem aqui um resumo, de mais fácil visualização e entendimento para quem não tem uma experiência ali na área do estudo ambiental, que ele é mais denso, mais complexo tem uma linguagem a mais é de às vezes até de difícil entendimento. Então aqui a gente faz essa exposição técnica de uma forma mais é agradável para que todo mundo possa entender e tomar conhecimento aqui dos aspectos dos principais aspectos ambientais aqui do empreendimento. Então, nesse momento, eu vou passar a palavra aqui para o Rafael e para o Yuri, que vão conduzir essa parte da exposição técnica e depois a gente retorna para fazer chamar o intervalo e depois da sequência a nossa audiência pública.

Senhor Rafael Fragassi (37:50)

Obrigado, Terra. Obrigado Terra. Boa noite a todos que estão nos assistindo e aos que estão nos acompanhando de forma remota. Eu sou Rafael, engenheiro florestal e gerente de projetos da TT Engenharia e um dos apresentadores do relatório de impacto de vizinhança, do RIVI, referente ao parcelamento de solo denominado RESIDENCIAL GOLDEM GREEN. Bom, interessado desse processo, ele é o Valdir de Castro Miranda. A gleba ela está registrada na matrícula 90437 No segundo CRDF. O processo de licenciamento que está tramitando aqui no IBRAM relativo ao requerimento de licença prévia é esse que está em tela, que é o 0039100007545/2021-97. O RIVI ele foi elaborado com base no termo de referência número 15, elaborado e emitido pela (?) 2, aqui do IBRAM. Atividade para o parcelamento de solo e a empresa responsável pela elaboração do estudo foi TT Engenharia Arquitetura e Consultoria Ambiental. Bom, aqui nós temos os responsáveis técnicos pela elaboração do estudo é o Thales Tiago engenheiro civil ambiental, o Felipe

Nascimento, em direito civil, o Rafael Fragassi engenheiro florestal, o Yuri Silva, engenheiro civil, Arlindo Verzeznassi, engenheiro civil, Ana Carolina Leite, urbanista, e o Alexandre Portella, biólogo, especificamente para o estudo de fauna. Bom, o empreendimento ele está localizado na RA do Jardim Botânico, que é regido pela DIUR 01, de 2019. A diretriz específica que foi emitida pelo IBRAM, pelo SEDUH, desculpe, foi a DIUPE 34, de 2021. Esse empreendimento ele está contíguo aos condomínios Ouro Vermelho, a oeste, Ouro Vermelho 2 a sudeste e Condomínio Verde a nordeste, sendo que o acesso principal ele vai ser feito pela estrada do Sol e pelas vias e posteriormente pelas vias internas do Condomínio Ouro Vermelho 1. Bom, no que diz respeito à caracterização geral do empreendimento e urbanismo. O imóvel possui uma área total de 6,64 hectares e está registrado, na matrícula 90437 do Segundo CRDF conforme já mencionado. Essa área, ela nunca foi utilizada para fins rurais ou urbanos. Ela está coberta por pelo remanescente de vegetação nativa. Considerando a densidade máxima de segundo habitantes por hectare, elencada na DIUPE, a população máxima para esse parcelamento seria de 482 habitantes. E considerando também o índice de domicialidade de 3.3 habitantes por unidade também elencado na DIUPE a quantidade máxima de unidades habitacionais seria de 146. No entanto esse parcelamento ele vai ser do tipo aberto e vai contar apenas com 68 lotes, sendo que 67 para uso residencial unifamiliar obrigatório, na categoria RORO 01 e 1 lote para uso comercial, prestação de serviços institucional e industrial e residencial na categoria CSIIR 01, com o limite máximo de 79 unidades do tipo apartamento. Bom, é importante frisar que esse estudo preliminar ele, já foi aprovado pela SEDUH por meio do parecer técnico 909 de 2022, vinculado a esse processo em tela, que é o processo específico que tramita na SEDUH, que é o 0039000002730/2021-13. Atualmente urbanismo, ele está na fase de anteprojeto. Está sendo analisado, Pela SEDUH. Bom, aqui nós temos o plano de uso E ocupação do urbanismo, com base na MDE onde nós podemos perceber aí que entendi, claro, nós temos as 2 áreas de ELUP. Nesse laranja claro, o lote é reservado para o CSIIR 01. Em azul, nós temos a lote GPU, Que vai ser destinada a implantação do reservatório de drenagem. Nessas áreas em verde mais escuro, essas áreas menores, a área verde em amarelo os lotes do tipo RO 1. Bom, aqui nós temos um quadro síntese (?), se elas, públicas do imóvel onde nós temos, aqui é a metragem total da gleba, que é de 96402,17 m² e desse quantitativo total, apenas 50549,16 m² vai ser passivo de parcelamento, ou seja, apenas 52.40,44% da gleba vai ser passível de parcelamento. E nessa área aí nesse retângulo em vermelho, nós temos um quantitativo referente a área não passível de parcelamento que na verdade o quê? As áreas de APP, declividade maior que 30% e as faixas de proteção de grotas secas. Ela, que totaliza 45853,01 m², que representa e 47,56% da gleba. Também, nós temos aqui metragem total, o quantitativo total dos 68 lotes, que contempla 30677,43 m², representando 60,69% da gleba e os de área pública, que são as ELUPS, né EPU, área verde pública, as vias, ciclovias e calçadas, que totalizam aí 19871,73 m², representando então 39,31% da gleba. Esse quadro aí já traz a síntese de permeabilidade na gleba. Onde nós temos aqui a taxa de permeabilidade e a área permeável referente a cada categoria, onde nós podemos perceber que as áreas verdes, áreas verdes públicas vão ter 100% de impermeabilidade. As áreas não passíveis de parcelamento também vão ter 100%. Os próprios lotes, não é tanto RO01 um como CSIIR1, vamos ter 30% de permeabilidade neles e ELUP com 50% de permeabilidade, EPU com 90% de permeabilidade. Enfim, uma área total permeável de 61885,27 m², o que representa e 64,19% da gleba permeável, e esse percentual ele respeita as diretrizes da DIUPE, que foi emitida pela SEDUH e, sobretudo, o artigo 13, da lei que rege a questão do plano de manejo da APA do São Bartolomeu, mais especificamente aquele quesito que trata dos 50% máximo de impermeabilidade. Aqui nós temos um mapa com base o zoneamento do PDOT, onde nós podemos constatar que a gleba ela está essencialmente sobreposta a zona urbana de uso controlado 2 onde é permitido o parcelamento de solo, desde que sejam atendidas, desde que se atenda às diretrizes da DIUR e da DIPE que foi o caso. Aqui nós temos um mapa de unidades hidrográficas onde a área da gleba ela está localizada na bacia hidrográfica do Rio São Bartolomeu, na unidade hidrográfica do Ribeirão Taboca e na sub bacia do Córrego da Cerca. Aqui é o mapa já mostrando os corpos hídricos e as APP. Esse mapa ele foi elaborado com base nas curvas de nível da topografia e das várias vistorias técnicas de visitas de campo que foram feitas na área, onde se pode distinguir o que é curso hídrico efêmero de curso hídrico perene. Curso hídrico efêmero, no caso Grotas secas, o canal superficial de escoamento. De curso perene, que na verdade é APP. E aqui, pra esse mapa a gente pode perceber que esse tracejado aí, esse pontilhado em azul claro, né? São as gotas secas e suas respectivas faixas de proteção. E essas linhas em azul contínuas é APP, vinculado APP do Córrego da Cerca. São cursos hídricos perenes, vinculados APP do Córrego da Cerca. Bom, no que diz respeito ao zoneamento ecológico econômico, O ZEEDF, que é regido pela lei 6269, de 2019, a área do empreendimento, ela está sobreposta essencialmente ao risco ecológico, muito baixo de perda de área de recarga de aquífero. Também está sobreposta a ao risco muito alto de perda de solo por erosão na sua totalidade. E em risco é muito baixo de contaminação do subsolo. E risco médio de perda de áreas de remanescentes de cerrado nativo. Bom, esse mapa ele já mostra que a área do empreendimento, ela está sobreposta APA do São Bartolomeu, mais precisamente na ZOEIA, que é a zona de ocupação especial de interesse ambiental que essa área que está em verde, a porção majoritária. E também na ZOEQ que é a zona

de ocupação especial de qualificação que essa área que está em marrom. Uma porção minoritária. Aqui nós temos um mapa mostrando as demais unidades de conservação, que estão em um raio de 3, 5 e 10 km. Todas elas numeradas nesses 3 raios aí (?). Bom, no que diz respeito às áreas de influência. A área diretamente afetada, ADA, vai ser do empreendimento, vai ser toda a área passível de parcelamento, ou seja, área de urbanismo, com cerca de 5,054 hectares. Área de influência direta, AID, para o meio físico e biótico, vai ser a área da gleba, área do imóvel. Área de influência indireta, AII, do meio físico e biótico. A sub bacia do correio da Cerca. AII do socioeconômico, a RA do Jardim Botânico. E a AID socioeconômico o Condomínio Ouro Vermelho 01. Tendo em vista que vai ser o maior impactado, considerando uma que o acesso vai ser feito pelas essas vias públicas do condomínio. Aqui nós temos um mapa mostrando a AID e a ADA do meio físico biótico, onde em azul nós temos AID e em amarelo ADA. Esse mapa já mostra AII do meio físico, biótico e socioeconômico, onde em azul nós temos a sub bacia do Córrego da Cerca, representando o meio físico e biótico e em rosa RA do Jardim Botânico, representando o meio socioeconômico. E aqui AID socioeconômico. Nós temos a poligonal do Rio Vermelho 01 e também o traçado da portaria até chegar no novo parcelamento do Golden GREEN mostrando que será feito o acesso pelas essas vias públicas dentro do condomínio Rio Vermelho 01. Aqui nós temos um mapa de declividade. As manchas de declividade. Essas manchas, elas foram feitas com base nas curvas de nível da topografia, ou seja, um dado primário e nós podemos perceber que a área do trecho passível de parcelamento ele está fora dessas áreas com declividade maior que 30% essas áreas em laranja e em vermelho. Nós podemos perceber que o trecho acima de parcelamento, ele está é de forma majoritária na categoria de 10 a 20% de declividade, e algumas porções também, alguns trechos em amarelo com declividade de 20 a 30%, mas não maior que 30%. Bom, no que diz respeito à classificação pedológica com base SISDIA e GEOPORTAL é o empreendimento. Ele está sobreposto essencialmente ao cambissolo háplico. Por meio dos laudos de sondagem pode ser confirmar que realmente trata-se de um cambissolo, só que um cambissolo raso, chegando de 2 a 3 metros de profundidade apenas. E aí, considerando a presença do cambissolo e dessas áreas declivosas, dentro da gleba, entende-se, sim, que há um risco, de vulnerabilidade à erosão. E aí, pensando nisso, para avaliar esse risco, foi elaborado esse mapa de susceptibilidade à erosão laminar, com base na metodologia de Sílvia Oliveira, as curvas de nível da topografia e a interpretação dos dados, dos ensaios geotécnicos. Chegando essas categorias aí. Que nós podemos observar que a pelo trecho passivo de parcelamento ele está na sua maioria em amarelo que seria uma classe de moderadamente susceptível e alguns trechos em laranja não é muito suscetível. No entanto, é importante frisar que de qualquer maneira, não vai haver parcelamento de solo e, conseqüentemente, movimentação nas áreas com declividade maior que 30%. Os eventuais problemas, que com processos erosivos, eles vão poder ser mitigados ou até evitados com um bom dimensionamento de todas as obras e a utilização das melhores técnicas de engenharia durante a construção da Infraestrutura. Também lembrar que vai ser elaborado e executado o programa de monitoramento e controle de processos erosivos na fase de LI do parcelamento, tanto na fase de pré como pós obra, ou seja, vai mitigar ao máximo esses impactos aí. Bom, com relação diagnóstico do meio biótico, mais precisamente, os dados de inventário florestal, a metodologia que foi adotada, foi a de amostragem casual estratificada, onde foram alocadas 25 parcelas cobradas, com dimensões de 20 por 20, perfazendo 400 m². Foram identificadas 2 fitofisionomias, cerrado sentido restrito e mata seca ou floresta estacional. O critério de inclusão para esses indivíduos arbóreos, por cerrado sentido restrito, foram todos os indivíduos, com o DAB, ou seja, diâmetro, altura da base maior que 5 mensurados a 30 centímetros do solo. E para a mata seca, todos os indivíduos, todos os indivíduos, né? Com DAP, ou seja, (?) maior igual a 5 mensurados 1,30 metro. E vale lembrar que toda essa metodologia e todos os resultados aplicados no inventário em atendimento ao termo de referência do IBRAM, específico, de supressão vegetal. Aqui nós temos um mapa mostrando o trecho de cerrado, a rede sentido restrito, inventariado. Hoje nós podemos perceber aí à disposição das parcelas. Foram alocadas no total de 8 parcelas no trecho. Aqui nós já temos o trecho de mata seca, onde também tem à disposição das parcelas totalizando aí 17 parcelas alocadas no trecho. Aqui algumas figuras que demonstram e ilustram a que tipo de plaqueta utilizado nos indivíduos arbóreos inventariados. Nas mensurações tanto em formação florestal quanto em formação savânica. Aqui, um mapa de fitofisionomias da área, onde em verde claro, nós temos cerrado de sentido restrito e em verde mais escuro é mata seca. Aqui algumas figuras do trecho inventariados cerrado sentido restrito. Algumas figuras da mata seca da área inventariada também. Bom, no que diz respeito à florística e volumetria. O cerrado sentido restrito foi inventariado 554 indivíduos nas 8 parcelas e na mata 856 indivíduos, nas 17 parcelas, totalizando aí 1410 indivíduos. E desse quantitativo, 87 são protegidos, tombados, com base no artigo 45 do decreto de 2018 e pelo CNC Flora, vinculada a portaria do (?) que é de 2014, apenas uma espécie ela foi enquadrada como vulnerável, que foi (?). Para o volume lenhoso estimado para população total, o volume é estimado foi para a mata seca, foi de 491,26 m³ e para o cerrado, sentido restrito 30,20 m³. E esse volume foi calculado com erro amostral de 14,62% de erro, ou seja, está abaixo do que IBRAM exige no termo de referência, que é de 20% de erro amostral, nós temos 14,62. E esse quadro ele mostra

justamente todos os parâmetros estatísticos que foram feitos, que culminaram aí nessa volumetria para a população total. Nesse volume estimado para a população total, que é justamente esse trecho aí que está em laranja escuro. Em laranja, claro, nós temos a (?), que é o metro cúbico por hectare que até foi utilizado para o cálculo de compensação florestal. Que eu vou falar um pouco mais abaixo. Então, aqui nós temos intervalo de confiança para ambas as fitofisionomias, meio de amostragem, probabilidade, o número de parcelas, enfim, todos os parâmetros estatísticos que foram usados para poder chegar nesse volume estimado. Aqui nós temos um mapa de prioridade para compensação florestal com base no decreto de 2018, onde nós podemos perceber que boa parte da área ela está, em média, prioridade de compensação, que essa área aqui que está em amarelo e em marrom a área de muito alta prioridade. E aqui, o quadro resumo da compensação Florestal, onde nós temos aqui a fitofisionomia dividida por grupos, no caso o grupo 2 e grupo 3. As categorias média e alta prioridade, a volumetria por hectare, área total inventariada e os coeficientes. Tudo isso embasado em atendimento ao artigo 26 do parágrafo um, do decreto de 2018. E aí, com os cálculos chegou se essa área total aí de compensação florestal de 18,1308 hectares de passivo ambiental de área de compensação Florestal. Bom, no que diz respeito ao corredor ecológico, estudo de fauna, de acordo com o artigo 3 da IN do IBRAM, 12 de 2022 estudo fauna, ele foi enquadrado em média complexidade, justamente porque é uma área menor que 20 hectares e por estar inserida na zona sussuarana, no corredor ecológico do ZEE. Por meio da autorização ambiental 75 de 2022, vinculado ao processo específico de fauna, dentro do processo de licenciamento que esse em tela, que é o 0039100006148/2022-89. Então, por meio dessa autorização ambiental, foi executada, foram executadas as 2 campanhas de seca e de chuva. Para as classes de mastofauna, avifauna, herpetofauna, invertebrados terrestres e aquáticos e ictiofauna e posteriormente, esse estudo de fauna ele foi aprovado, pelo parecer técnico 496 de 2023 pela (?) aqui do IBRAM. Aqui nós temos um mapa que comprova que o empreendimento, a gleba, ela está essencialmente sobreposta zona sussuarana. Aqui alguns resultados da mastofauna, onde nós podemos ver 4 tipos espécies de morcegos. Durante amostragem noturna. Uma espécie de quati, espécie de cachorro do Mato. Aqui, no caso, a esquerda, um gambá da orelha branca que foi avistado com a armadilha noturna. Para herpetofauna algumas espécies de teiú, espécies de rã, espécies de calango também, foram avistados e amostrados. Para avifauna, nós temos aqui o exemplo do Pica-Pau pequeno. Na área de mata seca, que foi avistado. O Sabiá Laranjeira. Estrelinha preta. Os invertebrados terrestres algumas espécies de borboleta capturadas e identificadas. Invertebrados aquáticos algumas espécies de mosquito e besouros. E para ictiofauna algumas espécies de peixes. Bom, com relação aos impactos ambientais no meio físico, na fase de instalação e de operação, temos os seguintes impactos, o revolvimento retirado da camada superficial dos solos, a redução da permeabilidade do solo, a geração de resíduos sólidos, alteração da qualidade do ar devido à emissão de material particulado, a geração de ruído sonoro, início ou aceleração dos processos erosivos, alteração da qualidade de água superficial, alteração da disponibilidade de águas subterrâneas, alteração na qualidade de água superficial, redução da permeabilidade do solo, alteração na disponibilidade de água subterrânea durante a operação, início ou aceleração de processos erosivos. E a geração de ruídos sonoros. Para o meio biótico também para as fases de instalação e de operação, temos os seguintes impactos, a redução da cobertura vegetal devido à supressão vegetal, a perturbação, afugentamento de fauna terrestre, alterações no microclima, perda da biodiversidade local, perturbação afugentamento da fauna terrestre. E para o socioeconômico, nas fases de planejamento, instalação e operação, temos os impactos, geração de expectativa na população, ocorrência de acidente de trabalho e doenças ocupacionais, mobilização de mão-de-obra e geração de emprego, incremento nas atividades comerciais no mercado imobiliário, aumento de receitas tributárias e transferências de mercadoria, sobrecarga no sistema de coleta e destinação de resíduos sólidos e a pressão sobre o sistema viário e adensamento populacional. Bom, para mitigar esses impactos, dentro do RIVI foi sugerido a elaboração e execução do plano de controle ambiental de obras o PCAO na fase da LI do parcelamento pré e pós obra. E esse PCAO nada mais é que vai elencar todos os programas ambientais que vão ter que ser executados na fase de obra e pós obra também. E vale lembrar que o controle ambiental das obras de implantação das infraestruturas projeções do parcelamento, eles deverão englobar os serviços técnicos voltados para a atividade de supervisão ambiental de obras com enfoque ambiental. O devido acompanhamento com o controle e avaliações funcionais, qualitativas e quantitativas. E esse programa ele contemplará as seguintes ações, o acompanhamento da vigilância sanitária ambiental, o acompanhamento das ações de limpeza do terreno, remoção da vegetação, espécies de fauna, movimentação de terra, a descrição e localização implanta do canteiro de obras. Então, estruturas e acessos provisórios, o acompanhamento de ruídos de obras, o com o acompanhamento de tráfego em manutenção de máquinas e veículos, o acompanhamento de armazenamento de produtos perigosos, o controle da emissão de particulados, o acompanhamento da desativação do canteiro de obras, acompanhamento de gerenciamento de resíduos solos, incluindo o detalhamento das estruturas de contenção no tratamento de sólidos na época chuvosa, o acompanhamento também de efluentes de obras, incluindo com relação aos recursos hídricos superficiais, efluente pluvial e sanitários, o acompanhamento de processos erosivos e

assoreamento, incluindo o projeto de terraplenagem contendo todos os detalhes do corte aterro, indicação de bota e espera, o acompanhamento das obras de recuperação e recomposição paisagística das áreas impactadas com o acompanhamento fotográfico e, por fim, o acompanhamento e monitoramento de fauna e flora. Bom, no que diz respeito aos projetos de infraestrutura, é importante frisar que, apesar de estarmos requerendo a aquisição da licença prévia, da LP, todos os projetos de infraestrutura já foram elaborados a nível executivo, que é aquele nível mais detalhado. Aquele nível, versão, digamos, a versão final dos projetos, sendo que o projeto executivo de drenagem já foi aprovado pela NOVACAP. O projeto executivo de pavimentação, ele já foi aprovado também pela NOVACAP e o projeto executivo de rede ele ainda está em análise na CAESB. Nesse momento, eu vou passar a palavra para o Yuri, que ele vai explicar de forma sucinta as soluções técnicas que foram adotadas para os projetos de pavimentação, drenagem, água, esgoto.

Senhor Yuri Silva (63:42)

Bom pessoal, boa noite a todos. Como Rafael mencionou, me chamo Yuri, sou projetista da TT engenharia. Eu vou iniciar comentando sobre o projeto de drenagem de águas pluviais que se encontra aprovado. O sistema ele é basicamente composto concreto, bocas de lobo, poços de visita, 2 bueiros, lançamentos e do reservatório de amortecimento. O reservatório de amortecimento, tem uma função bem importante no sistema de águas pluviais, que é o de amortecimento do pico de vazão e permite uma saída de vazão controlada para o córrego da Cerca. No desenvolvimento, vamos seguir as orientações da NOVACAP, do termo de referência para projeto de drenagem de águas pluviais, bem como o manual de drenagem da ADASA. Bom, o projeto de pavimentação. Ele foi elaborado seguindo as orientações das instruções de projeto da prefeitura de São Paulo e o tempo de referência para projetos de pavimentação da NOVACAP no caso. Bom, é para o dimensionamento dos projetos de infraestrutura foram realizados alguns ensaios, definido o tipo de tráfego para esse caso, pelo porte do condomínio, foi definido como tráfego leve e o dimensionamento ele resultou em uma sub base de 12 cm com cascalho, o CBR de SBR, acima de 30% e a expansão menor é igual a 1%. Energia intermediária de completar de compactação com grau de compactação acima de 100%. Então as camadas ficaram definidas, como? A primeira camada, é o revestimento com bloco intertravado, 6 cm, 5 cm de camada de assentamento em área compactada, os 12 cm, da camada de sub-base é 15 cm da regularização e compactação do subleito. Quando houver aterro também deverá ser respeitado ao CBR de 9%. O grau de compactação de 100% no (?) intermediário. Bom, é aqui vemos o projeto do sistema de abastecimento de água. Inicialmente foi feita uma análise da possibilidade de atendimento com redes existentes. Foi então enviado uma carta consulta para a CAESB, quando foi informado que não há uma rede atual ou projetada e que o sistema só poderá ser e que o condomínio isso poderá ser atendido. É ao após o início de operação do sistema produtor Paranoá Sul. Paranoá Sul. Foi então e que não é o sistema, o condomínio, ou ele poderia usufruir de um sistema independente, de produção própria por meio de poços tubulares profundos. No caso, foram obtidas as outorgas para 2 postos e então feita o dimensionamento da rede de distribuição. O projeto ele foi desenvolvido, segundo as orientações das NBR s é das normas brasileiras para projetos é que regem o dimensionamento de projetos de abastecimento a 12212, a 12214, a 12215, a 12216, a 12217 e a 12218 além das orientações da CAESB. Quanto a população fixa e flutuante. Elas totalizaram cerca de 505 habitantes e, portanto, o sistema ele deverá atender a esse total de habitantes. As contas parâmetros de dimensionamento. A perda de carga, a perda de carga máxima foi de até 10 m por quilômetro. E foi definido apenas uma zona de processos de pressão, pois é a pressão ela ficou no intervalo de 10 a 40 m por quilômetro de água. Foram instaladas ainda um hidrante de coluna, 3 descargas de fundo, 3 descargas de fundo, o medidor de vazão e uma ventosa. O medidor de vazão e a ventosa eles ficavam localizados na parte mais alta do condomínio, já prevendo a interligação com o sistema público. Quanto ao sistema de esgotamento sanitário foi enviada uma carta consulta para CAESB por meio do TVT 053, onde foi informado que o condomínio Golden Green só poderá ser atendido quando o sistema, quando a ETE de São Sebastião, quando as obras é reforma e ampliação da da ETE de São Sebastião forem efetuadas. E atualmente, se encontra em fase de projeto. Foi então é recomendado o uso de fossas sépticas e sumidouros para o tratamento que serão alocados nos pontos mais baixos dos lotes, pois funcionam como gravidade e eles retêm as partes sólidas e permitem infiltração da parte líquida fazendo e realizando o tratamento a nível primário. Bom pessoal eu agradeço a oportunidade e vou devolver a palavra ao engenheiro, Rafael.

Senhor Rafael Fragassi (69:18)

Bom, pessoal, pra nós finalizarmos aqui a apresentação reiterando aqui que a área total da gleba, de aproximadamente 9.64 hectares, sendo que desse quantitativo apenas 5,54 vai ser passível de parcelamento. Cerca de 47% do remanescente

de cerrado e vai continuar preservado. Em 64,9% da gleba ela vai ser permeável. O urbanismo ele foi elaborado com base nas recomendações e restrições tanto da DIUR como da DIUPE. A questão também do PDOT as demais restrições ambientais. E com relação aos zoneamentos da APA do São Bartolomeu o projeto ele atende às vezes especificações e restrições da ZOEIA e da ZOEQ. Foram apresentados todos os impactos ambientais no meio físico, biótico e socioeconômico e suas respectivas medidas mitigadoras. Foi recomendado também a elaboração e a execução dos projetos de monitoramento e controle ambiental na fase de LI do parcelamento pré e pós obra, reiterando aqui que o EP, no estudo preliminar de urbanismo, ele foi aprovado pela SEDUH. O projeto executivo de drenagem aprovado pela NOVACAP, com a respectiva outorga de lançamento pela ADASA a outorga prévia também a questão dos postos também já foi emitida pela ADASA. E o projeto executivo de pavimentação, aprovado pela NOVACAP. Então, diante dos resultados não encontrados, durante os levantamentos de campo e posterior processamento e interpretação dos dados, infere-se que o parcelamento ele é viável sim, do ponto de vista técnico ambiental, desde que se atenda todas as diretrizes contidas na legislação ambiental federal e distrital. Muito obrigado. Eu vou passar agora a palavra para o Terra.

Senhor Antônio Terra (70:49)

Bom, agradecer aqui ao Rafael e ao Yuri pela apresentação, exposição técnica aqui, do estudo ambiental. Conforme o nosso regulamento, a gente passa por um intervalo de 15 minutos para que os interessados aí possam encaminhar suas contribuições. Durante esse período, a gente utiliza esse período para que a gente possa organizar aqui as contribuições que a gente já recebeu. E durante a fase depois das manifestações, quem quiser, fique à vontade também para fazer a inscrição ou para encaminhar aqui as suas contribuições, levantar os seus apontamentos, seus questionamentos pelo tanto pelo WhatsApp, quanto pelo e-mail ou participando online da reunião para que possa fazer uso da palavra aqui durante audiência pública. Pedindo para quem entrar aí na reunião online para fazer uso da palavra ponha no chat seu nome e solicitando a inscrição para fazer uso da palavra, para que a gente possa aqui organizar e fazer a chamada posteriormente aí na volta do nosso intervalo. Agora são 19 horas e 51 minutos, então a gente inicia o intervalo voltando daqui 15 minutos para dar continuidade à audiência. Obrigado. (88:26) Bom, pessoal retomando aqui, então a nossa audiência pública, a gente cumpriu aqui o regramento tendo um intervalo aqui durante os 15 minutos. Lembrando a todos aí que a gente tem, então 3 formas aí de o pessoal fazer aos seus encaminhamentos. Pode entrar na reunião online, está ali o link na descrição aqui do vídeo do YouTube, tem a possibilidade do encaminhamento pelo WhatsApp o número também está disponível ali na descrição do vídeo e os e-mails também, não é o nosso e-mail do Gmail, podendo também ser acessado o nosso e-mail institucional. Ambos, o *gmail* também é descrito ali na no link do vídeo. A gente não recebeu até agora ainda nenhuma contribuição, nenhum questionamento e aqui na reunião online a gente também não teve entrada de nenhum participante que queira é fazer o uso da palavra até o momento. Vale lembrar que no prazo de até 10 dias, após a que a realização da audiência pública qualquer interessado, pode encaminhar suas manifestações, suas contribuições e essas manifestações entram na ata completa da audiência pública que é publicado em até 30 dias após a que a realização da nossa audiência. O vídeo da audiência ele fica disponível no canal do Brasília Ambiental do YouTube, para poder ser acessado a qualquer momento por qualquer interessado, mesmo que não tenha participado aqui desse momento da audiência pública de forma online, de forma ao vivo, qualquer interessado, então pode fazer esses encaminhamentos também então, é até 10 dias ou posteriormente acessar as informações tanto no site do Brasília Ambiental quanto vídeo no canal do YouTube. A gente vai é aguardar mais uns 5 minutos aqui para que se surgir algum, algum interessado que queira fazer uso da palavra ou que haja o encaminhamento de alguma mensagem, pelo WhatsApp ou pelo e-mail para que a gente possa fazer a leitura aqui durante a audiência pública ou passar a palavra para algum interessado que queira é fazer o uso, encaminhar sua manifestação. Então a gente faz um intervalo aqui de mais 5 minutos aguardando alguma contribuição. Caso não haja na volta desse intervalo nenhuma manifestação a ser dada a palavra ou lida aqui as manifestações a gente faz então o encerramento da nossa audiência pública. Agora são 20 horas e 10 minutos aqui pelo meu relógio então, a gente faz mais um intervalinho de 5 minutos aguardando aqui tanto na reunião on-line quanto pelos nossos canais do YouTube, e-mail alguma contribuição. Obrigado. (96:51) Bom pessoal, retomando aqui, então a nossa, a nossa audiência, a gente fez esse segundo intervalo. A gente não recebeu, nenhuma inscrição aqui pela reunião online e também nenhum encaminhamento de mensagem ou de e-mail pelos nossos canais disponibilizados aqui para essa audiência pública. Então, para a gente fazer um encerramento aqui da audiência, eu vou passar a palavra para o Rafael e para o Yuri, para eles fazerem as suas considerações finais. E antes disso, só lembrando que a audiência ela fica gravada. Ela fica disponível no YouTube, pode ser acessada a qualquer momento e durante esse prazo de 10 dias, ainda podem ser encaminhadas às manifestações pelos e-mails que são disponibilizados. Todas as

informações constam no site do Brasília Ambiental. vou passar a palavra para o Rafael, depois para o Yuri para eles fazerem as suas considerações.

Senhor Rafael Fragassi (97:43)

Obrigado, Terra. Eu só quero agradecer a participação de todos. Agradecer também ao IBRAM e aos demais envolvidos diretamente na nessa na ocorrência dessa, na realização dessa audiência pública e ao Valdir de Miranda, que depositou sua confiança a TT Engenharia, para tocar o processo de licenciamento ambiental do parcelamento. Obrigado a todos. Uma boa noite.

Senhor Yuri Silva (98:13)

bom pessoal, agradeço a atenção de todos que estiveram presente na chamada ao vivo. E quero agradecer também ao Valdir Miranda interessado. Bom, é isso, faço das palavras do Rafael as minhas. Muito obrigado.

Senhor Antônio Terra (98:35)

OK, então, em nome do Brasília Ambiental, gostaria de agradecer a todos aqui que participaram e que posteriormente vão assistir aqui essa audiência. Lembrando que a gente fica à disposição para qualquer informação pelos canais oficiais do Brasil Ambiental, pela Ouvidoria. Também podendo ser o processo acessado pelo sistema SEI e encaminhamento de qualquer informação aqui pelos nossos telefones institucionais aqui os nossos WhatsApp aqui da assessoria do licenciamento tanto nas diretorias também de licenciamento que compõem a nossa superintendência de licenciamento. Então, a gente tem aí os nossos números institucionais estão disponíveis aí no site do IBRAM podem ser acessados para encaminhar alguma questão, solicitar alguma informação e os e-mails também de todas essas unidades, as assessorias, as superintendências, diretorias. Agradecer, então, em nome do Brasília Ambiental, pela realização aqui da nossa audiência pública. Agradecer aqui ao pessoal da consultoria ambiental, empreendedor. A gente está assistindo também a todos que participaram da audiência. Agora são 20 horas e 18 minutos, então a gente dá um encerramento aqui da nossa audiência pública. Só citando mais uma vez, as informações do empreendimento, o processo de licenciamento ambiental 0039100007545/2021-97. O empreendimento RESIDENCIAL GOLDEM GREEN, localizado no Quinhão 3, a área da Fazenda Taboquinha localizado na Região Administrativa do Jardim Botânico, o tipo de licença, licença prévia para atividade de parcelamento do solo urbano. Em nome do interessado Valdir de Castro Miranda e a empresa responsável pela inovação do estudo ambiental a TT engenharia. Então agradeço a todos e damos por encerrada aqui a nossa audiência pública. Obrigado.